

Análise retórica dos textos preambulares de *História de Portugal* *Restaurado*

Os estudos sobre os “paratextos” têm ganhado espaço nas pesquisas acadêmicas desde os trabalhos de Gérard Genette – quem se dedicou a delimitar e a definir esse objeto. É interessante retomar as suas definições, como esta: “[...] para nós o paratexto é aquilo por meio de que um texto se torna livro e se propõe como tal a seus leitores, e de maneira mais geral ao público”¹. O título de um livro, por exemplo, é um paratexto muito importante, pois como leríamos o *Ulisses* de Joyce se não se intitulasse *Ulisses*? Porém, definições como essas pretendem ser universais, desconsiderando a historicidade e especificidade desse material. O termo “paratexto” também remete a algo que não é o texto e isso acaba gerando alguns “poréns” na pesquisa. Um termo que pode ser usado (e já tem um certo espaço no campo dos estudos de cultura escrita), também com ressalvas pois se trata de uma grande generalização, é “preambulares”.

No campo da história do livro, ou da cultura escrita², Roger Chartier mostrou como a materialidade do livro interfere na recepção do texto e que devemos levar em consideração, ao nos determos sobre o assunto, que “a operação de publicação não separa a materialidade do texto e a textualidade do livro”³. Em estudo recente, o historiador francês retoma as ideias de seu conterrâneo Genette fazendo algumas ressalvas, que valem a pena serem citadas:

Será, na verdade, tão seguro tomar o paratexto como uma categoria dotada de pertinência trans-histórica, e que as várias características e manifestações dos elementos que o compõem devem ser consideradas simples variações ou evoluções de uma realidade textual definida em sua universalidade? E se

¹ GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. Tradução de Álvaro Faleiros. Cotia: Ateliê Editorial, 2009. p. 9.

² Sobre essa discussão cf.: GÓMEZ, Antonio Castillo. “Historia de la cultura escrita: ideas para el debate”. *Revista brasileira de história da educação*, n. 5, jan./jun. 2003, pp. 93-124.

³ CHARTIER, Roger. *Increver e apagar*. Cultura escrita e literatura. São Paulo: Editora Unesp, 2007. Tradução de Luzmara Curcino Ferreira, p. 92.

pensarmos nesses termos, será que não corremos o risco de obliterar a especificidade de configurações textuais que recebem essa especificidade de condições técnicas e sociais que governam a publicação e a apropriação de obras de forma muito diferentes, conforme a época na qual aparecem?⁴

No mesmo estudo, Chartier, ao tratar do que chama “antigo regime tipográfico” – período da tipografia entre meados do século XV até o começo do XIX –, chama nossa atenção para as marcas de identificação das páginas, conhecidas como rubricas (coisa comum e recorrente para especialistas em restauração, mas que passam despercebidas a outros pesquisadores). As rubricas das páginas que trazem o texto propriamente dito do livro são letras maiúsculas do alfabeto latino seguidas por um número (A1, A2, A3, B1, B2, C1...). Já as rubricas das páginas que trazem os textos preambulares são diferentes. Podem ser letras minúsculas (a1, b1...), letras com til (ã1, õ1...) ou outros símbolos. Isso acontece porque esses textos preambulares são, geralmente, impressos por último. No entanto, isso não basta para identificar os preambulares, como fica evidente ao pegarmos o exemplo do primeiro volume dos *Sermões* do Padre Vieira (1679), no qual o Sermão da Sexagésima assume o papel de um tipo de prólogo ou introdução ao volume⁵.

Para nós, esses textos preambulares (ou prologais, como aparece em alguns estudos sobre o tema, ou paratextos... a nomenclatura pode variar) assumem a função de exórdio da obra, como prescrito nos preceitos retóricos⁶. Propomos analisar os preambulares de *História de Portugal Restaurado*, de Dom Luis de Menezes, Conde da Ericeira, impresso em 1679⁷, que são a dedicatória ao Príncipe, o prólogo, a aprovação (escrita por Dom Antonio Alveres da Cunha) e as licenças. Como exórdios, esses textos visam captar a benevolência do leitor, deixá-los dóceis e atentos para a matéria do livro.

A dedicatória

⁴ CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. Tradução de George Schlesinger. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 236.

⁵ CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de. “‘Para a Honra destes reinos’: Estudo dos Discursos Introdutórios da Obra *Sermões* do Padre Antônio Vieira”, In: HANSEN, João Adolfo, *et alii*. *Estudos sobre Vieira*. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

⁶ Cf.: CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de. “O livro antes de livro: os discursos laudatórios como exórdio das antologias poéticas seiscentistas”. *Revista texto poético*, vol. 3, 2005.

⁷ *História de Portugal Restaurado oferecida ao sereníssimo príncipe Dom Pedro nosso senhor escrita por Dom Luis de Menezes conde da Ericeira, do conselho de Estado de S. Alteza, Seu Vedor da Fazenda, & Governador das Armas da Provincia de Tras os Montes, &c.* Lisboa: na Officina de João Galraõ, 1679.

Na dedicatória ao príncipe D. Pedro, o conde da Ericeira faz algumas ponderações, logo no início, sobre o seu ofício de historiador, afirmando que deve-se preferir o que “se examina pelos olhos” ao que “se percebe pelos ouvidos” e assim “deve ser preferida a história moderna”. Ele diz isso justamente porque sua *História de Portugal Restaurado* trata dos recentes acontecimentos da Guerra de Restauração de Portugal contra a coroa de Castella. Como se sabe, o próprio conde foi general em alguns conflitos e pôde ver os acontecimentos.

Em seguida, é feito o elogio do príncipe, autor “de acções tam reguladas & virtuosas, que não depende de exemplares para o acerto dellas”. Segundo o texto, o príncipe também possui vassallos “igualmente ornados de todas as virtudes moraes” e, além de tudo isso, ainda é filho daquele “brilhante Sol que amanheceu esta Monarchia, em o sobre todos Excellente Monarca o senhor Rey Dom João o Quarto de immortal memoria, Soberano Heroe”⁸. Vemos aqui aplicados aqueles preceitos retóricos prescritos nos tratados que circularam nesse período em Portugal, como a *Retórica a Herênio*.

O conde da Ericeira também usa a tópica da falsa modéstia quando pede proteção ao príncipe, o qual, reconhecendo as insuficiências do autor, poderia dar a segurança de que não houvesse censura dos leitores, pois afirma que Vossa Alteza

usará de expressa ley para que senão conheça, ne se falle nos meus erros, tendo adquerido esta confiança, assim de repetidas honras & beneficios, que sem merecimento alcanço da generosidade Real de Vossa Alteza⁹.

O prólogo

Já no prólogo, o autor trata mais especificamente do trabalho do historiador. Aqui, vemos aplicados alguns preceitos presentes no tratado *Como se deve escrever a história*, de Luciano de Samósata¹⁰. Chamo a atenção para o parágrafo 41:

Portanto, assim seja para mim o historiador: sem medo, incorruptível, livre, amigo da franqueza e da verdade; como diz o poeta cômico, alguém que chame os figos

⁸ As citações são da dedicatória “Ao serenissimo Principe Nosso S.” de *História de Portugal Restaurado*...

⁹ Os destaques são nossos.

¹⁰ É curioso notar que o próximo conde da Ericeira, já no século XVIII, pede a tradução dos tratados de Luciano.

de figos e a gamela de gamela; alguém que não admita nem omita nada por ódio ou por amizade; que a ninguém poupe, nem respeite, nem humilhe; que seja um juiz equânime, benevolente com todos a ponto de não dar a um mais que o devido; estrangeiro nos livros e apátrida, autônomo, sem rei, não se preocupando com o que achará este ou aquele, mas dizendo o que se passou¹¹.

Dom Luis de Menezes, então, escreve que nem a amizade dos leitores pode encobrir os defeitos do escritor, “nem escurecerlhe os acertos o odio”, ficando a obra entregue ao “tribunal da justiça dos desinteressados”, que louvam por merecimento os benevolentes e censuram os culpados. Pode-se subentender que a história contada no livro não é em favor de amigos e nem em vingança aos inimigos, mas é justa e pode ser julgada pelos desinteressados.

No segundo parágrafo do prólogo o conde faz um extenso elogio da empresa do historiador, que conta com dificuldades enormes para dar fim a sua obra. Logo na primeira linha ele afirma de forma categórica: “Hua das maiores empresas do Mundo he a resolução de escrever hua história”. Na sequência vêm as justificativas: além dos inumeráveis inconvenientes a serem vencidos, do trabalho excessivo, ter que usar adequadamente o estilo, colher as notícias, escrever e corrigir as provas, passar a limpo o texto e, enfim, receber o título de Autor, “então começa a ser Reo, & reo julgado com tam excessiva tyrania”.

Neste ponto do texto, o conde da Ericeira aplica o lugar comum de comparar o escritor/historiador ao pintor/escultor, tão presente nos tratados de retórica e mesmo em *Como se deve escrever a história*, no qual aparece o seguinte:

Desse modo, não devem [os historiadores] buscar o que dizer, mas como dizê-lo. Em suma, é preciso considerar que quem escreve a história deve assemelhar-se a um Fídias, um Praxíteles, um Alcâmenes ou outro artista desse tipo, já que nenhum criou o ouro, a prata, o marfim ou algum outro material, que, pelo contrário, já existia e estava disponível [...]. Eles apenas moldavam, cortavam o marfim, poliam, colavam, ajustavam e ornavam-no com ouro – sendo esta a sua arte: tratar a matéria como se deve¹².

Voltando ao *História de Portugal Restaurado*, lê-se:

Julgo por muytoerrada a opiniaõ commua, que assenta, que a historia he paralelo da pintura: porque he tanto mays privilegiado o pintor que o Escritor, q teve lugar

¹¹ SAMÓSSATA, Luciano. *Como se deve escrever a história*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2007. p. 71.

¹² SAMÓSSATA, Luciano. *Como se deve escrever a história*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2007. p. 77.

Apelles, pondo em publico hua figura que havia pintado, de lhe emendar a roupa, que hum artifice dellas lhe cõdenou por imperfeyta, & de castigar a ouzadia de outro, que naõ sendo pintor se atreveu a aguirlhe o perfil da figura. Naõ he concedida aos Escretores tante liberdade: porque no mesmo ponto que os sinetes do prelo acabaram de sellar a historia que escrevéram, logo perdéram toda a açãõ de emendála, & na difficuldade de satisfazer a hum Mundo de juizos diversos, fica provado o desengano, de que não pode haver historia bem avaliada de todos¹³.

Comparando os dois trechos, vemos que Luciano mostra como o historiador deve tratar a sua matéria, que não cabe a ele inventar nada (o que seria próprio dos poetas), mas mostrar, de maneira adequada, aquilo que já está disponível. Dom Luis de Menezes, no seu texto, aplica o mesmo lugar comum, mas faz uma distinção entre o pintor e o escritor/historiador ao afirmar que o primeiro tem a vantagem de poder ajustar sua obra depois de expô-la, como o fez Apelles quando um especialista criticou as vetes que pintara. Ao escritor/historiador isso não é permitido, pois depois de impressa não há meios de corrigir o livro. Note-se que em momento algum o conde nega esse lugar comum afirmando que são matérias distintas e muito diferentes uma da outra. Não é isso o que faz, ele apenas faz uma distinção de um aspecto que é relativamente novo e não estava presente quando Luciano, Quintiliano, Cícero, Aristóteles e Platão escreveram seus tratados: Dom Luis de Menezes atualiza a comparação mencionando o papel de imprensa.

Depois de uma lista de inconvenientes a serem superados pelos historiadores, o conde afirma que costuma-se escrever história dos séculos passados, porém, a sua *História de Portugal Restaurado* trata do presente. Isso, segundo a linha do discurso construído no prólogo, traz mais dificuldades à empresa de sua obra. Um dos desafios era lidar com os relatos distintos sobre as mesmas batalhas. Ele mesmo esteve presente em algumas, como afirma, mas nunca pode ouvir uma relação sem contradição com o que viu ou ouviu. O que é colocado em xeque aqui é a ideia de que o ver e ouvir garantem a veracidade da história. Na dedicatória este é o argumento usado: deve-se preferir a história moderna à antiga, como o visto ao ouvido. A saída encontrada foi entranhar-se no amor à pátria, “fundado no justo temor de q não accultassem mortaes, as urnas do esquecimento, as açções gloriosas de tantos heroes excellentes”, e, acima de tudo, o empenho em “descobrir os motivos do principio, &

¹³ *História de Portugal Restaurado offerecida ao sereníssimo principe Dom Pedro nosso senhor escrita por Dom Luis de Menezes conde da Ericeira, do conselho de Estado de S. Alteza, Seu Vedor da Fazenda, & Governador das Armas da Provincia de Tras os Montes, &c.* Lisboa: na Officina de João Galraõ, 1679

remate desta história de Portugal restaurado”. O objetivo é, como afirma o autor, mostrar ao mundo “a justiça com que o Serenissimo Rey D. João o IV. de immortal memoria se restituiu à Coroa de Portugal”.

Evocando seu amor à pátria, a sua opinião – “q amey sempre mays q a propria vida” – e o fato de ter presenciado as vitórias do reino, como diz, o conde pretende que sua história seja verdadeira e justa. Como em um tribunal, Dom Luis de Menezes defende sua causa e acusa os adversários, que só escreveram mentiras e “erradas noticias”. Os autores castellanos, por exemplo, encobriram as vitórias portuguesas com ficções e por isso é necessário escrever contra essas mentiras. É importante lembrar que este texto foi escrito durante o período que denomina-se Antigo Regime, no qual as virtudes também estão no sangue de linhagem nobre, como fica claro em certa passagem desse prólogo, quando o autor afirma ter herdado “de antigos & valerosos Avos ser a verdade alma da vida, como he da historia”. Um último argumento para sustentar que sua *História de Portugal Restaurado* é verdadeira é a “segurança de testemunhas desinteressadas, que tiveram sem dependencia parte em todos os sucessos politicos & militares”. Como disse Luciano, a história não deve ter pátria, nem rei, nem beneficiar os amigos nem rebaixar os inimigos. Podemos pensar que Dom Luis de Menezes não pode renegar à sua pátria e ao seu rei, mas deu argumentos, com base nos costumes do Antigo Regime e seguindo os preceitos retóricos, de que sua história é verdadeira. Agora, lança esse último argumento de que as suas testemunhas, elas sim, são desinteressadas e sem dependência, o que garante uma imparcialidade para uma história justa e verdadeira. É ele mesmo quem afirma: “naõ quero mayor recompensa que o conhecimento, de que a tégora naõ saiu ao Mundo historia mays verdadeyra”.

No penúltimo parágrafo desse prólogo, encontramos aplicado um preceito que aparece em Quintiliano (livro II, XIII, 12)¹⁴, quando faz uma comparação entre o escritor e o pintor Apelles, o qual teria representado Antígona de perfil para esconder seu olho perfurado. No discurso aconteceria a mesma coisa: por vezes o escritor deveria dissimular alguns detalhes por não serem próprios de serem mostrados. Assim, o conde da Ericeira afirma que mesmo o historiador descobrindo alguns defeitos de interesse público, não deveria mostrá-los porque serviriam aos leitores

¹⁴ QUINTILIEN. *Institution Oratoire*. Livre II. Tradução de Jean Cousin. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

muito mais como estímulo do que como correção. Desse modo, fica já justificado as omissões que podem ser alvos de crítica por parte de alguns leitores.

A aprovação

Na aprovação que Dom Antonio Alveres da Cunha escreveu também vemos tratada a matéria sobre o gênero histórico, que deve ser, como vimos em Luciano e no prólogo, verdadeiro e justo. Aqui, Cunha afirma que esteve presente nos acontecimentos descritos pelo conde da Ericeira em seu livro e pode atestar que estão conforme a verdade, que é, como diz,

o primeyro fundamento da historia”. Além disso, ele menciona a adequação do estilo próprio ao historiador, que é elegante, “os periodos breves & sentensiosos, debayxo da penna lhe cahem as reflexões, sem que se quebre por hu instante o fio da historia, no labyrintho de tantos sucessos em contrados & varios¹⁵.

Podemos comparar esse trecho com uma passagem de *Como se deve escrever a história*:

[...] que floresça a claridade, com a dicção, como eu disse, e com a concatenação dos fatos, os quais apresentará acabados e completos: tendo terminado o primeiro, introduzirá o segundo, relacionado com ele e articulado à maneira corrente, de modo que não fique tudo esfacelado e haja muitas narrativas justapostas umas às outras. Que sempre o segundo seja não só vizinho do primeiro, mas que também tenham algo em comum e se sobreponham¹⁶.

Justamente aquilo que foi prescrito por Luciano é o que encontramos na aprovação. Esta também afirma ter, o conde da Ericeira, erguido sua obra em um edifício mais sólido do que as pirâmides. Com isso, Dom Antonio Alveres da Cunha afirma que *História de Portugal Restaurado* é um livro escrito para o futuro, como deve fazer o historiador, o qual deve ter em vista o conjunto do tempo e, desse modo,

¹⁵ CUNHA, Dom Antonio Alveres da. “Aprovaçam”, In: *História de Portugal Restaurado oferecida ao sereníssimo príncipe Dom Pedro nosso senhor escrita por Dom Luis de Menezes conde da Ericeira, do conselho de Estado de S. Alteza, Seu Vedor da Fazenda, & Governador das Armas da Provincia de Tras os Montes, &c.* Lisboa: na Officina de João Galraõ, 1679.

¹⁶ SAMÓSSATA, Luciano. *Como se deve escrever a história*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2007. p. 79.

“escreva sobretudo para a posteridade”¹⁷. Por fim, o livro de Dom Luis de Menezes é “deleytavel aos curiosos, proveytosa aos doctos, & util a todos”, que são os objetivos de quem escreve.

Breve conclusão

Vemos que os textos preambulares de *História de Portugal Restaurado* aplicam os preceitos retóricos do século XVII. Como exórdio, esses textos procuram captar a benevolência do leitor, deixá-los dóceis e atentos para a matéria do livro. Esses textos têm relação com o gênero da obra – que é o histórico, entendido como um subgênero do epidítico – e o tempo todo afirmam a verdade e a justiça contidos no livro, tal como a história deve ser, verdadeira e justa. Quando o conde da Ericeira trata das dificuldades da sua empresa e da sua incapacidade, o faz aplicando uma falsa modéstia como artifício retórico para deixar o leitor dócil e benevolente. Na parte em que fala das mentiras divulgadas pelos outros historiadores, principalmente os castellanos, chama a atenção dos leitores para o assunto do qual irá tratar. A aprovação também tem função semelhante, autorizando a obra e afirmando a verdade de tudo o que está nela. Na dedicatória é onde vemos com maior nitidez a humildade, ou modéstia, do autor, que declara sua insuficiência e por isso pede a proteção do príncipe, para que este, com sua autoridade, afaste as críticas ao seu *História de Portugal Restaurado*. Apesar disso, o conde da Ericeira, na mesma dedicatória, afirma ser a sua história preferível a outras, por tratar de assuntos modernos e não antigos, ou seja, por tratar de assuntos que foram vistos e não ouvidos – garantindo a verdade daquilo o que é dito, como já mostramos.

¹⁷ SAMÓSSATA, Luciano. *Como se deve escrever a história*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2007. p. 83.